

**FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA ANÁLISE SOBRE A REPERCUSSÃO DOS INVESTIMENTOS NA GRADUAÇÃO COM ABORDAGEM NOS GASTOS CORRENTES POR ALUNO**

***FINANCIAMIENTO DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR: UN ANÁLISIS SOBRE EL IMPACTO DE LAS INVERSIONES EN LA EDUCACIÓN UNIVERSITARIA CON ENFOQUE EN LOS GASTOS CORRIENTES POR ALUMNO***

***FINANCING OF HIGHER EDUCATION: AN ANALYSIS OF THE IMPACT OF INVESTMENTS IN UNDERGRADUATE EDUCATION FOCUSING ON CURRENT EXPENDITURES PER STUDENT***



Marcelo Pereira de ARAÚJO<sup>1</sup>  
e-mail:marceloperujo@gmail.com



José Jassuipe da Silva MORAIS<sup>2</sup>  
e-mail:jassuipe@hotmail.com

**Como referenciar este artigo:**

ARAÚJO, M. P.; MORAIS, J. J. da S. Financiamento da educação superior: uma análise sobre a repercussão dos investimentos na graduação com abordagem sobre os correntes por aluno. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 19, n. 00, e024116, 2024. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v19i00.18547>



- | Submetido em: 03/10/2023
- | Revisões requeridas em: 05/03/2024
- | Aprovado em: 16/03/2024
- | Publicado em: 21/10/2024

---

**Editor:** Prof. Dr. José Luís Bizelli  
**Editor Adjunto Executivo:** Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

<sup>1</sup> Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa – PB – Brasil. Contador, Mestre em Educação.

<sup>2</sup> Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa – PB – Brasil. Professor Doutor do Centro de Educação da UFPB.

**RESUMO:** Este estudo exploratório de abordagem qualitativa foi conduzido por uma análise de conteúdo de documentos, utilizando a técnica de cruzamento de dados da Plataforma Nilo Peçanha, dos Relatórios Gerenciais e de Autoavaliação. O objetivo principal foi analisar a repercussão da aplicação dos recursos orçamentários na graduação no IFPB no triênio de 2017 a 2019. Tal análise visa proporcionar informações pertinentes a gestores, comunidade acadêmica e sociedade, buscando compreender a representatividade e as tendências do financiamento institucional na educação. O estudo concentrou-se na avaliação dos efeitos dos investimentos no ensino superior de graduação, com foco específico no IFPB. Os resultados destacaram padrões de financiamento por tipos de curso, eixo tecnológico e turno, revelando uma tendência de redução progressiva nos investimentos na graduação, exceto para os cursos de Ensino a Distância, especialmente os de Letras.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gastos correntes por aluno. Institutos federais. Investimentos no ensino superior. Orçamento do IFPB.

**RESUMEN:** Este estudio exploratorio de enfoque cualitativo se llevó a cabo mediante un análisis de contenido de documentos, utilizando la técnica de cruce de datos de la Plataforma Nilo Peçanha, de los Informes de Gestión y de Autoevaluación. El objetivo principal fue analizar la repercusión de la aplicación de los recursos presupuestarios en la educación de pregrado en el IFPB en el trienio de 2017 a 2019. Dicho análisis busca proporcionar información relevante para los gestores, la comunidad académica y la sociedad, buscando comprender la representatividad y las tendencias del financiamiento institucional en la educación. El estudio se centró en la evaluación de los efectos de las inversiones en la educación superior de pregrado, con un enfoque específico en el IFPB. Los resultados destacaron patrones de financiamiento por tipos de curso, eje tecnológico y turno, revelando una tendencia de reducción progresiva en las inversiones en la educación de pregrado, excepto para los cursos de Educación a Distancia, especialmente los de Letras.

**PALABRAS CLAVE:** Gastos corrientes por alumno. Institutos federales. Inversiones en educación superior. Presupuesto del IFPB.

**ABSTRACT:** This exploratory qualitative study employed a content analysis of documents using the data cross-referencing technique from the Nilo Peçanha Platform, Management Reports, and Self-assessment. The main objective was to analyze the impact of budgetary resources allocation on undergraduate education at IFPB from 2017 to 2019. This analysis aims to provide relevant information for managers, the academic community, and society, seeking to understand the representation and trends of institutional funding in education. The study focused on evaluating the effects of investments in higher education undergraduate programs, with a specific focus on IFPB. The results highlighted funding patterns by course types, technological axis, and shift, revealing a progressive reduction trend in undergraduate investments, except for Distance Learning courses, especially those in Literature.

**KEYWORDS:** Current expenditures per student. Federal institutes. Investments in higher education. IFPB budget.

## Introdução

Após a implementação, em 2008, da Lei nº 11.892 pelo Ministério da Educação (MEC), que criou e expandiu os Institutos Federais (IFs), os gestores tiveram o desafio de administrar o orçamento destinado a cada nível de ensino nessas instituições. Esse cenário inclui o ensino superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), foco desta pesquisa. O inciso III do artigo 6º da referida Lei preconiza que a finalidade dos IFs é promover, por meio da verticalização, a integração desde a educação básica até o ensino superior, utilizando a infraestrutura física, pessoal e os recursos orçamentários disponibilizados pelo Ministério da Educação às unidades gestoras. No entanto, esse fluxo verticalizado impacta negativamente na extração de dados referentes aos recursos investidos em cada nível de ensino, uma vez que o orçamento institucional das unidades administrativas dos IFs não faz a distinção entre o ensino básico e o superior.

Na ótica do modelo gerencial da administração pública, à medida que os IFs se expandiram pelo Brasil, os órgãos de fiscalização adotaram metodologias e procedimentos para aferir os resultados alcançados por essas instituições educacionais. Nesse contexto, o Tribunal de Contas da União (TCU) estabeleceu, por meio dos Acórdãos n.º 2.267/2005, que os IFs incluíssem os Indicadores de Desempenhos (IDs), com apreciações críticas sobre seus números e evoluções (Brasil, 2015), nos relatórios de gestão e prestações de contas anuais.

Em 2015, surgiu o Tesouro Gerencial (TG)<sup>3</sup>, um programa informatizado criado com o propósito de elaborar relatórios gerenciais registrados e contabilizados no Sistema de Administração Financeiro do Governo Federal (SIAFI). Seu objetivo é subsidiar os gestores nas tomadas de decisão e apoiá-los na elaboração das prestações de contas anuais e demais relatórios institucionais, viabilizando a transparência dos atos administrativos e evidenciando os resultados alcançados e a qualidade dos serviços postos à disposição da sociedade.

Entretanto, mesmo com a regulação empreendida pelo TCU e a potencialidade do TG na extração de informações orçamentárias para a construção dos relatórios, ainda não é possível quantificar separadamente os recursos alocados para os diferentes níveis de ensino do IFPB, incluindo a educação superior. Diante dessa conjuntura, este estudo buscou responder à seguinte problemática: Como repercutiu a aplicação dos recursos orçamentários na graduação no IFPB no triênio de 2017 a 2019?

---

<sup>3</sup> Esse sistema é disponibilizado apenas para servidores de órgãos vinculados à administração pública federal.

Com o propósito de abordar a pergunta em questão, o objetivo desta é: analisar a repercussão da aplicação dos recursos orçamentários na graduação no IFPB no triênio de 2017 a 2019.

Este ensaio ressalta a relevância de compreender como os recursos são distribuídos na educação superior, com destaque para o IFPB. Ao analisar as tendências de investimento na gestão universitária, a pesquisa proporciona reflexões valiosas para gestores, acadêmicos e responsáveis pela formulação de políticas educacionais. Diante das transformações legislativas e econômicas, bem como das demandas atuais da educação, é crucial repensar as práticas de alocação de recursos para promover uma educação de qualidade e acessível a todos. Assim, este estudo poderá contribuir não apenas para a compreensão dos desafios enfrentados pelo IFPB, mas também para o aprimoramento do sistema educacional brasileiro como um todo.

Diante do cenário previamente exposto, esta pesquisa encontra fundamentação nas teorias de Amaral (2003), Silva, Morgan e Costa (2004) e Magalhães, Silveira, Abrantes, Ferreira e Wakim (2010), que discorrem sobre temas relacionados ao financiamento da educação, utilizando o indicador de desempenho Gastos Correntes por Aluno (GCA), também preconizado pelo Acórdão do Tribunal de Contas n.º 2.267/2005/Plenária.

### **Indicadores de desempenho dos IFs**

Na busca pela eficiência administrativa das instituições governamentais, os órgãos de controle têm desenvolvido, nos últimos anos, critérios de avaliação, com o objetivo de mensurar os desempenhos qualitativos das gestões de cada entidade por meio de indicadores institucionais. Os estudos de Bottani (1994) destacam que, na estrutura educacional, um indicador permite apurar informações tanto quantitativas como qualitativas. Além disso, é capaz de exprimir uma visão abrangente da realidade.

Segundo Amaral (2003), os parâmetros utilizados para a distribuição do orçamento entre as Instituições de Ensino Superior (IES) foram estabelecidos na Portaria Ministerial n.º 1.285/94. A partir desse momento, esses parâmetros passaram a ser embasados em critérios matemáticos, utilizando indicadores com o propósito de apurar o desempenho e as necessidades institucionais com base nos números encontrados.

Conforme Amaral (2003), Reis, Oliveira, Silveira e Cunha (2017), em 1999, o regulamento supracitado sofreu alterações na metodologia de cálculo. Com essas mudanças, consubstanciadas em um formato desenvolvido na Inglaterra, passou-se a aplicar as matrizes

de ensino e de pesquisa. A primeira tem como foco calcular o número equivalente de estudantes em tempo integral vinculado ao ensino. Já a segunda baseia-se no número de professores diretamente relacionados com a pós-graduação e no desempenho dos programas *stricto sensu* mantidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

No escopo das normas infraconstitucionais brasileiras, o TCU, em sua Decisão nº 408/2002/Plenária, delineou dois objetivos referentes ao direcionamento para o cálculo dos indicadores de gestão: orientar as universidades na implantação padronizada dos indicadores; e definir um plano de ação com o intuito de aprimorá-los. Porém, cabe destacar que os indicadores, quando isolados, não permitem conclusões definitivas sobre a qualidade e o desempenho das instituições. O propósito dessas orientações é construir uma série histórica para acompanhar a evolução dos números, apontando questões importantes em seus desempenhos.

Ao longo do tempo, o grupo de contato responsável por esse documento, composto por técnicos dos Tribunais de Contas, da Secretaria Federal de Controle Interno e da Educação Superior, vem realizando atualizações desses indicadores, dentre eles o de Custo Corrente por Aluno (CCA). Desde a primeira versão, percebe-se que esse grupo já teve a preocupação de tornar equivalentes os números de alunos matriculados, por meio de cálculos matemáticos, nos diferentes níveis de ensino e modalidades (Brasil, 2002).

Com base nessa decisão aplicada às universidades, o TCU tornou público o Acórdão n.º 2.267/2005/Plenária, com o desígnio de padronizar a extração de dados a serem utilizados pelos IFs, viabilizando a publicização dos números, a fiscalização e o processo de análise da rede federal de ensino (Brasil, 2015). Nesse sentido, em busca da melhoria dos serviços educacionais, da ampliação de vagas e da eficiência das Instituições Federais de Ensino Superior, foram criados 12 (doze) IFs balizados nos critérios de importância acadêmica e administrativa, sem grau de hierarquia entre eles, para fazerem parte da prestação de contas:

- I – Relação de Candidatos por Vagas - RCV;*
- II – Relação de Ingressos por Matrícula Atendida - RIM;*
- III – Relação de Concluintes Por Matrícula Atendida – RCM;*
- IV - Eficiência Acadêmica de Concluintes – EAC;*
- V – Retenção de Fluxo Escolar – RFE;*
- VI – Relação de Alunos por Docentes em Tempo Integral – RAD;*
- VII – Titulação do Corpo Docente – TCD;*
- VIII – Gastos Correntes por Aluno – GCA;*

*IX – Gastos Com Pessoal – GCP;*

*X – Gastos com Outros Custeios – GOC;*

*XI – Gastos Com Investimentos – GCI;*

*XII – Matriculados classificados de acordo com a Renda per capita – MRF.*

É imprescindível que a gestão, na construção das prestações de contas, realize uma análise crítica de cada indicador de desempenho, demonstrando os motivos institucionais, acadêmicos ou técnicos que justifiquem os resultados que estão destoando do padrão esperado. Sem essa verificação detalhada, os indicadores tornam-se ineficazes e em desacordo com as diretrizes instituídas pelo Acórdão do TCU, além de resultar em possíveis sanções por parte desse órgão de controle (Brasil, 2015).

### **Indicadores Gasto Corrente por Aluno (GCA) e Custo Aluno**

Diante do desafio enfrentado pela gestão educacional brasileira, os pesquisadores dedicados ao estudo do financiamento na educação vêm utilizando amplamente os Indicadores de Custo Aluno (CA) e Gastos Correntes por Aluno (GCA). Seu objetivo é avaliar e aprimorar a gestão escolar frente às dificuldades administrativas em determinados territórios, universidades e níveis de ensino durante períodos específicos.

Amaral (2002) destaca a importância da cautela no uso das terminologias nas pesquisas sobre financiamento educacional e faz uma distinção entre “custo aluno” e “custo por estudante”. Ele esclarece que este último se refere ao esforço financeiro aplicado na formação do aluno, enquanto o primeiro diz respeito à divisão dos investimentos aplicados na instituição pelo quantitativo de discentes.

Silva, Morgan e Costa (2004) afirmam que as informações relacionadas ao “custo aluno” podem apresentar dados importantes sobre os recursos empregados em órgãos específicos dentro das universidades, auxiliando na tomada de decisões para uma alocação mais eficiente dos recursos disponíveis. Seguindo essa linha de pensamento, Magalhães *et al.* (2010) evidenciam que, por ser um fator-chave para a administração acadêmica, é essencial que os gestores tenham conhecimento do "custo por aluno" em uma instituição de ensino superior. Essa informação permite manifestar o dispêndio orçamentário de cada departamento, evitando desperdícios e identificando tanto as potencialidades acadêmicas como as oportunidades de expansão de cada curso ofertado.

Diferentes terminologias, tais como “custo aluno”, “gastos correntes por aluno”, “custo corrente por aluno” e “custo por estudante”, são utilizadas em estudos publicados por autores como Oliveira, Silva e Barbosa Neto (2021), Amaral (2002; 2003), Silva, Morgan e Costa (2004) e Magalhães *et al.* (2010). Apesar da existência de várias terminologias, a ideia central permanece a mesma: mensurar a capacidade de investimento ou aplicação de recursos em uma instituição, com o intuito de ofertar um ensino de excelência e subsidiar os gestores na tomada de decisões.

O diálogo entre a literatura que versa sobre o indicador “Gasto Corrente por Aluno” e a gestão financeira do IFPB atende a uma exigência legal imposta pelo TCU e ressalta a importância da responsabilidade fiscal e da transparência na alocação de recursos públicos. Essa combinação pode ser metodologicamente replicada em qualquer instituição de ensino superior, destacando-se como um modelo exemplar de boas práticas. Nesse sentido, é notável que o conceito de gastos corrente por aluno passou por evoluções até alcançar sua configuração atual, assim como a metodologia associada. Em investigações mais recentes, esse tema tem sido pautado pelas diretrizes dos órgãos de controle por meio de fórmulas matemáticas. Por esse motivo, os resultados tendem a ser direcionados para interpretações de números e gráficos, mediante análises críticas qualitativas.

### Apontamentos sobre a Fórmula do Indicador Gastos Correntes por Aluno

Crepaldi e Diehl (2014) pontuam que os indicadores de desempenho apresentam dados que geram informações cruciais sobre o rumo organizacional. Para que sejam verdadeiramente úteis, é necessário que auxiliem os gestores na tomada de decisões, de modo que seja possível corrigi-las ou mantê-las dentro de um processo institucional.

No cenário da avaliação educacional, o Indicador de Gastos Correntes Por Aluno demonstra a relação entre dados financeiros e acadêmicos, o que permite medir o custo médio de cada aluno matriculado na instituição. De acordo com o Acórdão n.º 2.267/2005-TCU, a demonstração matemática desse indicador é estabelecida da seguinte forma: Gastos Corrente por Aluno (GCA) =  $\frac{GASTO\ TOTAL}{MATRÍCULA\ EQUIVALENTE}$ . O numerador corresponde ao somatório dos gastos totais da instituição, subtraindo os gastos com pessoal inativo e pensionistas, investimentos, precatórios, apoio à formação profissional e ensino a distância. O denominador, Matrícula Equivalente (ME), diz respeito a todos os Alunos Matriculados (AM) que frequentaram determinado curso por pelo menos um dia durante o período abordado, multiplicado pelo Fator

de Esforço de Curso (FEC) e pelo Fator de Equiparação de Carga Horária (FECH) (Brasil, 2018a; 2018b) Assim, obtém-se a equação “A”:  $ME = AM \times FEC \times FECH$ .

Para apurar o número de Matrícula Equivalente (ME), é fundamental conhecer o método de cálculo dos elementos que o compõem, ou seja, o FEC e o FECH. O FEC equaliza a carga horária de cada curso com base no número de aulas práticas que exigem uma menor relação entre aluno e professor. O FECH, por sua vez, refere-se à divisão da carga horária anual do curso por 800 (oitocentas) horas, conforme regulamentado pelo projeto pedagógico e ciclo anual do curso (Brasil, 2016a). Desse modo, **Matrícula Equivalente (ME)** = 
$$\frac{AM \times FEC \times Carga\ Horária\ Anual\ do\ Curso}{800}$$
.

A apresentação dessas fórmulas tem o propósito de elucidar ao leitor a origem científica dos dados acadêmicos que fundamentam os números correspondentes ao GCA, principalmente no que concerne aos cálculos da ME. Tanto o GCA quanto a ME estão disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha e são de fundamental importância para compreender a metodologia de apuração do investimento na graduação, a qual será apresentada na subseção seguinte.

### **Método para calcular os recursos aplicados na graduação no IFPB**

A estrutura organizacional e administrativa verticalizada dos Institutos Federais (IFs), estabelecida pela Lei nº 11.892/2008, permite a coexistência de alunos de diversos níveis educacionais - do ensino médio à pós-graduação -, todos utilizando a mesma estrutura física, pessoal e orçamentária. Esse cenário trouxe aos gestores o desafio de compreender de forma individualizada os valores aplicados/investidos em cada nível de ensino, especialmente na graduação no IFPB.

Partindo dessa problemática, através do princípio matemático da razão e proporção aplicado ao indicador Gastos Correntes por Aluno (GCA), multiplica-se os Gastos Correntes por Aluno pelo quantitativo da Matrícula Equivalente da Graduação. Isso permite chegar, especificamente, aos valores aplicados/investidos na graduação da instituição pesquisada, conforme demonstrado abaixo:

$$Gastos\ Correntes\ por\ Aluno\ (GCA) = \frac{Gastos\ Totais}{Matrículas\ Equivalentes}$$

Detalhando os elementos que compõem a fórmula acima, obtém-se a seguinte equação:



$$GCA = \frac{\begin{matrix} \text{Gastos no ensino médio} \\ + \\ \text{Gastos na Graduação} \\ + \\ \text{Gastos nas Pós-Graduações} \end{matrix}}{\begin{matrix} \text{ME do Ensino Médio} \\ + \\ \text{ME da Graduação} \\ + \\ \text{ME das Pós-Graduações} \end{matrix}}; \text{ ou}$$

$$GCA = \frac{\text{Gastos no Ensino Médio}}{\text{ME do Ensino Médio}} = \frac{\text{Gastos na Graduação}}{\text{ME da Graduação}} = \frac{\text{Gastos nas PÓS}}{\text{ME das PÓS}}$$

A partir da exposição da fórmula acima e com base no princípio matemático da razão e proporção dos termos, pode-se afirmar que:  $GCA = \frac{\text{Gastos na Graduação}}{\text{ME na Graduação}}$  ou  $\text{Gastos na Graduação} = GCA \times \text{ME na Graduação}$ .

É importante salientar que a literatura acadêmica não utiliza a terminologia “gastos” quando se refere à educação, preferindo o termo “**investimentos**”. Para estar alinhada com os autores citados anteriormente e melhorar a compreensão sobre o tema, esta pesquisa adotará o termo “Investimentos” em vez de “Gastos”.

Dessa forma, para este estudo, a fórmula terá, doravante, os seguintes termos: “**Investimentos na Graduação (IG)** = Gastos Correntes por Aluno (GCA) x Matrículas Equivalente na Graduação (MEG)”. A partir dessa equação, pode-se calcular os recursos investidos na graduação no IFPB e suas repercussões na gestão acadêmica durante o triênio de 2017 a 2019.

### Abordagem metodológica

O presente estudo<sup>4</sup> empregou uma abordagem de pesquisa de natureza exploratória e descritiva. Essa escolha justifica-se pelo fato de que as informações relevantes sobre o tema estavam dispersas em documentos institucionais, e o resultado almejado é a exposição de um fenômeno social (Gil, 2012). A metodologia é qualitativa, uma vez que envolve acontecimentos sociais e não faz uso de instrumentos estatísticos (Richardson, 2017).

Para coletar as informações, os pesquisadores utilizaram a análise de conteúdo documental, por intermédio da classificação de categorias relacionadas às informações financeiras e acadêmicas do IFPB. Em seguida, aplicaram a técnica de cruzamento de dados a partir de fontes primárias e secundárias extraídas dos relatórios de Autoavaliação, de Gestão e,

<sup>4</sup> Esta pesquisa é um recorte da dissertação defendida em 2021 pelo autor 1 e orientada pelo autor 2.

principalmente, da Plataforma Nilo Peçanha (PNP). Nesse sentido, o estudo foi conduzido com base em duas abordagens. A primeira teve como objetivo verificar diretamente a disponibilidade dos dados orçamentários. Já a segunda, de forma complementar à anterior, teve o propósito de prospectar informações acadêmicas, tanto quantitativas como qualitativas, com o intuito de identificar argumentos metodológicos que pudessem subsidiar a pesquisa.

### **Análise dos resultados**

Os resultados apresentados foram pautados em elementos acadêmicos e financeiros provenientes de sistemas e relatórios institucionais oficiais, acessíveis ao público em geral. Na medida em que os dados foram refinados, tornou-se evidente que as principais informações acadêmicas e financeiras deste estudo estavam disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha (PNP). Os Relatórios de Gestão e a Autoavaliação do IFPB contribuíram de maneira complementar, principalmente com o fornecimento de informações qualitativas. O período demonstrado nas tabelas deste estudo compreende o triênio de 2017 a 2019.

Com objetivo de exaurir o efeito inflacionário e trazer valores monetários pretéritos para um único ponto no tempo - a data da pesquisa -, utilizou-se o Índice de Preço ao Consumidor (IPCA), expresso na moeda corrente do Brasil, o Real (R\$).

Para iniciar este estudo, foi apurado, conforme apresentado na Tabela 1, o quantitativo das Matrículas Equivalentes na Graduação no IFPB no período de 2017 a 2019.

**Tabela 1 – Matrículas Equivalente na Graduação no IFPB**

Categoria	Período		
	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
<b>Matrículas Equivalentes na Graduação (MEG)</b>	14.540	16.114	17.078

Fonte: Elaborado pelos autores com base na Plataforma Nilo Peçanha

Os números da Tabela 1 indicam um crescimento de 10,83% no ano de 2018 em comparação a 2017. Já em 2019, esse crescimento foi de 5,98% em relação ao ano anterior. Na perspectiva acadêmica, sem levar em consideração o esforço que a instituição fez com os recursos disponíveis, o resultado foi positivo, pois os números sugerem que esse crescimento pode estar relacionado tanto ao aumento do número de alunos matriculados quanto, possivelmente, à escolha de cursos mais caros ou com carga horária mais extensa, uma vez que

essas variáveis interferem diretamente nas Matrículas Equivalentes na Graduação (MEG), conforme explicado na metodologia.

A Tabela 2 representa o esforço financeiro que o IFPB fez para manter um aluno na instituição no triênio de 2017 a 2019, de acordo com os Gastos Correntes por Aluno. Esses dados são fundamentais para contabilizar o montante investido na graduação e sua repercussão dentro do contexto da gestão acadêmica no IFPB.

**Tabela 2** – Gastos Correntes por Aluno no IFPB

Categorias	Período		
	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
Gasto Total* (em R\$)	574.544.857	596.747.177	611.856.221
Matrícula Equivalente (ME)	25.195	30.910	33.952
<b>Gastos Correntes por Aluno*=&gt; <math>GCA = \frac{GT}{ME}</math></b>	<b>22.804</b>	<b>19.306</b>	<b>18.022</b>

\*Valores com duas casas decimais igual ou superior a 0,5 foram arredondados em 1(uma) unidade

Fonte: Elaborado pelos autores com base na Plataforma Nilo Peçanha

O esforço financeiro que o IFPB despendeu para manter um aluno na instituição (Gastos Correntes por Aluno – GCA) apresentou uma redução de R\$ 3.498,00 em 2018 em relação a 2017, e de R\$ 1.284,00 em 2019 em comparação com 2018, representando diminuições percentuais de -15,34% e -6,65%, respectivamente.

Analisando os números mencionados, nota-se que o IFPB demonstrou eficiência na gestão dos recursos orçamentários durante esse período, tendo em vista que os GCA diminuíram enquanto o número de Matrículas Equivalentes aumentou. Em outras palavras, a instituição conseguiu manter mais alunos com menos recursos em 2019, proporcionalmente aos números das ME, em comparação com os dois anos anteriores. Isso sugere um possível estrangulamento orçamentário em outras áreas, o que pode impactar negativamente na qualidade do ensino.

Para dar sequência ao propósito desta pesquisa, é necessário conhecer o montante investido na graduação no IFPB durante o período em questão, conforme evidenciado na Tabela 3, construída a partir dos dados das Tabelas 1 e 2, utilizando a fórmula: Investimento na Graduação (IG) = Gastos Corrente por Aluno (GCA) x Matrículas Equivalentes na Graduação (MEG).

**Tabela 3 – Investimento na graduação (IG) no IFPB**

Categoria	Período		
	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
<b>GCA*</b>	22.804	19.306	18.022
<b>MEG*</b>	14.580	16.113	17.078
<b>IG = GCA x MEG</b>	<b>332.482.320</b>	<b>311.077.578</b>	<b>307.779.716</b>

\* Valores com duas casas decimais igual ou superior a 0,5 foram arredondados em 1(uma) unidade

Fonte: Elaborado pelos autores com base na Plataforma Nilo Peçanha

A análise da Tabela 3 revela que os Investimentos na Graduação (IG) sofreram quedas de 6,87% em 2018, e de 8,03% em 2019 em comparação com o ano de 2017, em decorrência das diminuições nos Gastos Correntes por Aluno (GCA) durante o triênio de 2017 a 2019.

Com base nessa lógica, é possível analisar a repercussão dos investimentos na graduação do IFPB ao multiplicar os GCA pelas Matrículas Equivalentes na Graduação (MEG)<sup>5</sup>, levando em consideração o curso, tipo de curso, eixo tecnológico e turno. Essa análise pode ser visualizada nas Tabelas 4 a 9.

A Tabela 4 destaca os montantes investidos em cada tipo de curso proporcionalmente às Matrículas Equivalentes (ME) de cada um deles no período de 2017 a 2019.

**Tabela 4 – IG por tipo de curso no IFPB**

Tipos	Período					
	Ano 2017	%	Ano 2018	%	Ano 2019	%
<b>Tecnólogo</b>	199.968.276	60	182.866.432	59	168.956.250	55
<b>Licenciatura</b>	78.901.840	24	79.096.682	25	83.658.124	27
<b>Bacharelado</b>	53.612.204	16	49.114.646	16	55.165.342	18
<b>Totais</b>	<b>332.482.320</b>	<b>100</b>	<b>311.077.578</b>	<b>100</b>	<b>307.779.716</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado pelos autores com base na Plataforma Nilo Peçanha

A primeira análise que se pode inferir a partir dos números apresentados na Tabela 4 é que os cursos tecnológicos receberam os maiores investimentos no período, refletindo a demanda da sociedade por graduações de menor duração para atender às necessidades do mercado de trabalho. Contudo, a representatividade desse tipo de curso em relação aos demais teve uma redução de um ponto percentual em 2018 e de quatro pontos em 2019 em comparação com 2017, o que interferiu negativamente na evolução total do investimento ao longo desse período.

Contrariamente à redução geral nos investimentos na graduação no IFPB, os cursos de licenciatura, mesmo representando menos de um terço de todos os recursos aplicados,

<sup>5</sup> Disponível na Plataforma Nilo Peçanha.

apresentaram crescimento ao longo do período, impulsionados, em grande parte, pelos cursos à distância.

Os investimentos nos cursos de bacharelado foram os menores entre os três tipos no triênio. Quanto à representatividade, mantiveram estabilidade nos dois primeiros anos, com um pequeno aumento de dois pontos percentuais em 2019. Porém, em valores absolutos, observa-se uma oscilação durante o período analisado.

A Tabela 5, de forma mais analítica, evidencia a repercussão dos investimentos aplicados nos cursos de bacharelado entre 2017 e 2019.

**Tabela 5 – IG nos cursos de bacharelado no IFPB**

Cursos de Bacharelado	Período					
	Ano 2017	%	Ano 2018	%	Ano 2019	%
Administração	23.442.512	44	20.850.480	42	21.374.092	39
Engenharia Elétrica	13.773.616	26	11.120.256	23	10.344.628	19
Engenharia Civil	7.684.948	14	7.432.810	15	10.795.178	20
Medicina Veterinária	5.336.136	10	5.077.478	10	4.487.478	8
Engenharia da Computação	3.374.992	6	4.633.440	9	5.821.106	11
Engenharia de Controle e Automação	-	-	-	-	1.567.914	3
Engenharia Mecânica	-	-	-	-	774.946	1
<b>Totais</b>	<b>53.612.204</b>	<b>100</b>	<b>49.114.464</b>	<b>100</b>	<b>55.165.342</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado pelos autores com base na Plataforma Nilo Peçanha

De acordo com os números da Tabela 5, os cursos que receberam maiores investimentos foram Administração e Engenharia Elétrica. Entretanto, suas representatividades em relação aos demais cursos vêm diminuindo, embora o curso de Administração tenha registrado um pequeno aumento em valores absolutos em 2019, comparado ao ano anterior. Por outro lado, os cursos de Engenharia Civil e Engenharia da Computação, apesar do baixo investimento, foram os que mais cresceram. O curso de Engenharia Civil, especificamente, obteve um aumento de 45% em 2019 em comparação com 2018.

Os cursos de Engenharia de Controle e Automação e Engenharia Mecânica, por ter sido implantados em 2019, os pesquisadores não fizeram inferências sobre eles.

A respeito dos investimentos aplicados nos cursos tecnológicos, a Tabela 6 apresenta os recursos aportados nos anos de 2017 a 2019.

**Tabela 6 – IG nos cursos tecnológicos no IFPB**

Cursos Tecnológicos	Período					
	Ano 2017	%	Ano 2018	%	Ano 2019	%
Construção de Edifícios	41.754.124	21	39.268.404	21	29.556.080	17
Análise de Desen. de Sistema	20.523.600	10	15.657.166	9	14.327.490	8
Automação Industrial	20.318.364	10	17.838.744	10	15.030.348	9
Telemática	12.747.436	6	12.857.796	7	10.344.628	6
Segurança no Trabalho	12.565.004	6	10.541.076	6	9.173.198	5
Sistemas para Internet	11.926.492	6	11.544.988	6	11.966.608	7
Redes de Computadores	11.721.256	6	10.946.502	6	10.957.376	6
Sistema de Telecom	10.809.096	5	10.830.666	6	11.588.146	7
Gestão Ambiental	9.988.152	5	9.189.656	5	10.146.386	6
Design Gráfico	9.965.348	5	9.575.776	5	9.840.012	6
Geoprocessamento	7.730.556	4	7.065.996	4	6.505.942	4
Agroecologia	7.525.320	4	7.123.914	4	7.839.570	5
Design de Interiores	7.411.300	4	6.621.958	4	6.866.382	4
Gestão Comercial	6.043.060	3	5.405.680	3	6.127.480	4
Negócios Imobiliários	5.381.744	3	5.135.396	3	5.370.556	3
Alimentos	3.534.620	2	3.262.714	2	3.316.048	2
<b>Totais</b>	<b>199.945.472</b>	<b>100</b>	<b>182.866.432</b>	<b>100</b>	<b>168.956.250</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado pelos autores com base na Plataforma Nilo Peçanha

Ao analisar o desempenho dos recursos aplicados nos cursos tecnológicos no período pesquisado, verifica-se, conforme a Tabela 6, que os cursos de Construção de Edifícios, Análise de Desenvolvimento de Sistemas e Automação Industrial receberam mais aportes financeiros nos três anos consecutivos. Entretanto, em termos absolutos, todos esses cursos experimentaram perdas de recursos na ordem de 41,24%, 43,24 e 35,20%, respectivamente, no ano de 2019 em comparação com 2017. Essas perdas representam um retrocesso em sua manutenção, devido aos seus elevados custos operacionais, de acordo com a matriz orçamentária validada pelo MEC, prejudicando o bom funcionamento de cada um deles no contexto da administração acadêmica.

Seguindo a mesma abordagem das tabelas anteriores, a Tabela 7 exprime os valores investidos nos cursos de licenciatura nos anos de 2017 a 2019.

Tabela 7 - IG nos cursos de licenciatura no IFPB

Cursos de Licenciatura	Período					
	Ano 2017	(%)	Ano 2018	(%)	Ano 2019	(%)
Letras – Língua Portuguesa	38.401.936	49	39.886.196	50	43.090.602	52
Matemática	13.363.144	17	12.587.512	16	13.912.984	17
Química	9.509.268	12	7.915.460	10	8.127.922	10
Informática	5.746.608	7	4.729.970	6	1.784.178	2
Física	5.244.920	7	5.984.860	8	6.019.348	7
Ciências Biológicas	3.648.640	5	4.672.052	6	7.641.328	9
Educação Física	3.010.128	4	3.320.632	4	3.081.762	4
<b>Totais</b>	<b>78.924.644</b>	<b>100</b>	<b>79.096.682</b>	<b>100</b>	<b>83.658.124</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado pelos autores com base na Plataforma Nilo Peçanha

Os dados da Tabela 7 revelam que os cursos de Letras – Língua portuguesa e Matemática receberam os maiores investimentos, com mais de 60% dos recursos aplicados durante três anos consecutivos. Destaca-se o crescimento contínuo no investimento para o curso de Letras, enquanto Matemática oscilou entre perdas e ganhos nos recursos aplicados ao longo do período.

Os números apresentados na Tabela 8 demonstram o comportamento e a representatividade do montante de recursos aplicados nos diferentes eixos tecnológicos no IFPB nos anos de 2017 a 2019. Essa abordagem permite visualizar a distribuição dos recursos financeiros de acordo com a estrutura organizacional nos cursos de graduação da unidade.

Tabela 8 – IG por eixo tecnológico no IFPB

Eixo Tecnológico	Período					
	Ano 2017	%	Ano 2018	%	Ano 2019	%
Desenvolvimento Educacional e Social	78.901.840	24	79.115.988	25	83.658.124	27
Informação e Comunicação	71.125.676	21	66.470.558	21	65.005.354	21
Infraestrutura	57.146.824	17	53.747.904	17	46.839.178	15
Gestão de Negócio	34.867.316	10	31.391.556	10	32.872.128	11
Controle e Proc. Industriais	34.114.784	10	28.978.306	9	27.717.836	9
Produção Cult. e Design	17.376.648	5	16.178.428	5	16.706.394	5
Recursos Naturais	12.861.456	4	12.201.392	4	12.345.070	4
Segurança	12.565.004	4	10.541.076	3	9.173.198	3
Ambiente e Saúde	9.988.152	3	9.189.656	3	10.146.386	3
Produção de Alimentos	3.534.620	1	3.262.714	1	3.316.048	1
<b>Totais</b>	<b>332.482.320</b>	<b>100</b>	<b>311.077.578</b>	<b>100</b>	<b>307.779.716</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado pelos autores com base na Plataforma Nilo Peçanha

Tendo como referência o ano de 2017, percebe-se que a maioria dos Eixos Tecnológicos registrou reduções em 2019, com exceção do Eixo Desenvolvimento Educacional, que teve um aumento de 5,69%, e o Eixo Ambiente e Saúde, com um pequeno incremento de 1,56% no ano de 2019 em comparação com 2017. Em uma perspectiva mais abrangente, houve uma diminuição geral nos investimentos por Eixo Tecnológico de 8,03% no ano de 2019 em relação a 2017.

Esta análise visa apurar o montante investido nos cursos de graduação por turno no IFPB no período de 2017 a 2019, a fim de avaliar o esforço financeiro realizado pela instituição para manter o funcionamento dos cursos nos diferentes turnos, conforme apresentado na Tabela 9.

**Tabela 9 – IG por turno no IFPB**

Turno	Período					
	Ano 2017	%	Ano 2018	%	Ano 2019	%
Noturno	109.071.532	33	103.229.182	33	91.750.002	30
Período Integral	98.399.260	30	102.263.882	33	98.021.658	32
Não se aplica	49.347.856	15	48.786.262	16	48.677.422	16
Matutino	46.064.080	14	41.411.370	13	40.964.006	13
Vespertino	29.599.592	9	15.386.882	5	28.366.628	9
<b>Totais</b>	<b>332.482.320</b>	<b>100</b>	<b>311.077.578</b>	<b>100</b>	<b>307.779.716</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado pelos autores com base na Plataforma Nilo Peçanha

Ao examinar a Tabela 9, fica evidente que os recursos destinados à graduação por turno no IFPB são majoritariamente direcionados aos turnos noturno e integral. Durante o período de 2017 a 2019, o turno noturno representou 33% nos dois primeiros anos da pesquisa e 30% em 2019, enquanto o turno integral teve uma participação de 30% em 2017, 33% em 2018 e 32% em 2019. Apesar disso, observa-se uma tendência de redução nos investimentos dos cursos noturnos em 2019 em relação a 2017. Por outro lado, os cursos de turno integral apresentaram pequenas oscilações ao longo do período, com um leve decréscimo em 2019, ficando ligeiramente abaixo do nível de investimento de 2017. Quanto aos cursos matutinos, percebem-se quedas sucessivas durante o período, embora essa redução tenha sido menos acentuada em 2019 em comparação a 2018, indicando uma certa estabilidade na aplicação de recursos nos últimos dois anos.



## Considerações finais

As modificações introduzidas pelo inciso III do artigo 6º da legislação que regulamenta os Institutos Federais (IFs), em especial no que se refere à integração entre os níveis de ensino, tiveram um impacto direto na coleta de dados institucionais. Isso gerou desafios significativos para os gestores na apuração individual dos recursos investidos, tanto no ensino médio quanto na graduação no Instituto Federal da Paraíba (IFPB). A complexidade decorre do compartilhamento de infraestruturas, como salas de aula, laboratórios e administração, entre os alunos do ensino médio e os do ensino superior, desde a matrícula até a conclusão de seus cursos.

Destaca-se, nesse contexto, a importância da variável "Matrículas Equivalentes" como um mecanismo para equalizar os diferentes tipos de alunos, garantindo tratamento equitativo no cálculo do indicador "Gastos Correntes por Aluno". Sem essa equalização, tornar-se-ia inviável realizar comparações entre alunos de cursos distintos.

Com base nesse princípio de equidade, a análise dos dados revelou uma diminuição nos Investimentos na Graduação do IFPB. Essa redução ocorreu devido à queda nos Gastos com Custo Aluno (GCA) (Tabela 3), influenciada pelo baixo crescimento dos investimentos totais em relação ao número de Matrículas Equivalentes no período estudado (Tabela 2). Segundo o método utilizado para calcular o Investimento na Graduação (IG) no IFPB, são necessários dois dados diretamente proporcionais, ou seja, para que esse indicador cresça, é preciso que haja um aumento tanto nos Gastos Correntes por Aluno (GCA) como nas Matrículas Equivalentes na Graduação (MEG) ou em pelo menos um deles.

No que se refere ao Investimento na Graduação (IG) por tipo de curso no IFPB, os cursos de tecnologia foram os destinatários do maior montante durante o triênio de 2017 a 2019, com destaque para o curso de Construção de Edifícios. Contudo, houve uma diminuição nas alocações ao longo do período analisado, possivelmente em decorrência da crise econômica e da Emenda Constitucional 95/2016, que limitou os gastos públicos, afetando a construção civil no estado (Brasil, 2016b).

No caso dos cursos de licenciatura, estes receberam o segundo maior investimento no período, com um crescimento constante, especialmente evidenciado pelo curso de Letras - Língua Portuguesa em 2019. Esse aumento está diretamente relacionado à expansão dos cursos na modalidade de Educação a Distância (EaD), à permissibilidade na criação, ao baixo custo de manutenção e às exigências legais, que estabelecem um percentual mínimo de 20% das vagas para os cursos de licenciatura no IFPB.

Já os cursos de bacharelado registraram o menor investimento entre os três tipos, com oscilações ao longo do período. O curso de Administração destacou-se nessa categoria, devido à política expansionista do governo federal para os Institutos Federais no interior do Brasil, incluindo a Paraíba. Além disso, sua implantação apresenta um custo-benefício favorável, uma vez que não demanda investimentos substanciais em laboratórios.

No que diz respeito ao financiamento por eixo tecnológico, destaca-se o Eixo de Desenvolvimento Educacional e Social, composto exclusivamente por cursos de licenciatura, com crescimento constante no decorrer do período estudado. Esse aumento está relacionado à demanda da sociedade por cursos de Ensino a Distância e às políticas educacionais que visam aumentar a oferta de cursos de licenciatura, com o objetivo de diminuir a defasagem no sistema educacional brasileiro.

Em relação ao Investimento na Graduação (IG) por turno, observa-se que os cursos noturnos e integrais absorveram mais de 60% dos recursos no triênio. Esses números indicam que os cursos noturnos são mais procurados por alunos que trabalham ou têm a intenção de trabalhar durante os turnos matutino e vespertino.

Uma análise qualitativa dos documentos institucionais, especialmente do Relatório da Gestão (RG), evidenciou que a diminuição nos investimentos foi agravada pela Emenda Constitucional nº 95, conhecida como Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos.

Portanto, verifica-se que a análise dos resultados deste estudo buscou contribuir para as políticas de financiamento da educação nos Institutos Federais, apresentando possíveis diretrizes para os gestores educacionais. A partir dos dados coletados, emergiram diversas conclusões, como a diferenciação entre os investimentos por tipo de curso, eixo tecnológico, modalidade e turno, revelando a complexidade da alocação de recursos e as decisões estratégicas que devem ser tomadas em relação a sua distribuição, as quais devem estar alinhadas com as necessidades da comunidade acadêmica e do mercado de trabalho. Esse cenário enfatiza a importância de mecanismos de governança para garantir uma distribuição de recursos adequada.

No que diz respeito à criação de cursos, essas decisões interferem diretamente na gestão financeira institucional, uma vez que cada curso de graduação possui, de acordo com o gasto corrente por aluno, um peso na distribuição da fatia orçamentária reteada pelos órgãos ministeriais vinculados ao Ministério da Educação. No tocante à demanda da sociedade, o mercado é um fator determinante que pode influenciar na tomada de decisão de uma instituição de ensino. É ele quem define a carência de mão de obra em uma determinada região, fazendo

com que a sociedade busque, juntos a essas instituições, a qualificação necessária para suprir essas demandas em momentos específicos. Dessa forma, o gestor deve estar atento às mudanças tecnológicas e sociais, antecipando-se ao mercado e tomando decisões que possibilitem a criação de cursos que atendam tanto às necessidades da sociedade quanto às do mercado, suprindo-o com mão de obra qualificada de forma tempestiva e eficiente.

Sobre as reflexões proporcionadas pela análise dos investimentos em graduação, estas são fundamentais para orientar gestores educacionais em suas decisões estratégicas. Com uma compreensão mais aprofundada do impacto dos investimentos na gestão acadêmico-financeira, os gestores podem aprimorar o planejamento orçamentário, otimizar a alocação de recursos e responder de maneira mais ágil às mudanças nas demandas educacionais e no contexto socioeconômico. Sendo assim, este ensaio oferece uma base empírica para o debate sobre políticas de financiamento da educação superior, com potencial para servir como referência para outras instituições federais. As descobertas do IFPB podem contribuir significativamente para o desenvolvimento de estratégias de financiamento da educação mais eficientes e igualitárias.

Em suma, o estudo conduzido no IFPB amplia o entendimento sobre as dinâmicas de financiamento nos Institutos Federais, fornecendo evidências substanciais para a revisão e formulação de políticas públicas mais sólidas na educação superior. Essa análise crítica e minuciosa enriquece a literatura sobre gestão educacional, oferecendo orientações preciosas aos gestores educacionais na busca por uma educação superior de excelência, acessível e sustentável.

Por fim, é importante ressaltar que esta pesquisa não pretende esgotar todas as possíveis análises sobre o investimento na graduação no IFPB. Ela representa apenas um estudo embrionário que pode estimular futuros estudos acadêmicos e aprofundamentos sobre o tema, especialmente no que se refere aos parâmetros "Gastos Correntes por Aluno" e "Matrículas Equivalentes", utilizados para apurar esses valores. Em última análise, acredita-se que os resultados aqui obtidos foram satisfatórios e alcançaram os objetivos propostos.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, N. C. **Estado e financiamento universitário no Brasil**: o fundo público federal e instituições federais de ensino superior (1989 – 2001). 2002. 231 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Taquaral, 2002.

AMARAL, N. C. **Financiamento da educação superior**: Estado X Mercado. São Paulo: Cortez; Piracicaba, SP: Editora UNIMEP, 2003.

ARAÚJO, M. P. **Financiamento da educação**: análise orçamentária do ensino superior no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Orientador: José Jassuipe da Silva Moraes. 2021. 97f. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021

BOTTANI, N. The OECD international education indicators. **Assessment in Education**, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 333-350, 1994.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Decisão TCU n. 408/2002, de 24 de abril de 2002**. Brasília, 2002.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão n.º 2.267/2005** – Plenária. Relator: Benjamin Zymler. Processo TC 004.550/2004-0. Ata 49/2005. Brasília, 2005.

BRASIL. **Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm). Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Manual para Produção e Análise dos Indicadores da Rede Federal de EPCT** – Acórdão TCU n. 2.267/2005 – Exercício 2014. Brasília, DF: MEC, 2015. Disponível em: [http://sitesistec.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/manual\\_indicadores\\_gestao\\_exercicio2014.pdf](http://sitesistec.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/manual_indicadores_gestao_exercicio2014.pdf). Acesso em: 06 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação Profissional e Tecnológica: Série Histórica e Avanços Institucionais 2003-2016**. Brasília, DF: MEC, 2016a. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=133961-relatorio-memorial-setec-2003-2016-1&category\\_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=133961-relatorio-memorial-setec-2003-2016-1&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 05 maio 2020.

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 15 dez. 2016b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm). Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 1.162 de 09 de novembro de 2018**. Brasília, DF: MEC, 2018a.

BRASIL, Ministério da Educação. **Portaria/SETEC n. 51 de 21 de novembro de 2018**. Brasília, DF: MEC, 2018b.

BRASIL. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico\\_educacao\\_profissional.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf). Acesso em: 06 ago. 2020.

CASTRO, R. **Uma Análise da Contribuição dos Controles Internos na Tomada de Decisão na Administração Pública**: um estudo nas instituições públicas federais de ensino no Paraná. 2007. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2007.

CREPALDI, M.; DIEHL, C. A. Indicadores de desempenho dos cursos de graduação em Instituição de ensino superior brasileira: um estudo de caso sob a percepção dos gestores. **Revista Iberoamericana de Educação**, [S. l.], v. 65, n. 2, p 1-16. 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GARCIA DE OLIVEIRA, J.; MENDES SILVA, M., & BARBOSA NETO, J. E. Custo corrente por aluno e desempenho acadêmico dos estudantes das universidades federais brasileiras. **Revista De Educação E Pesquisa Em Contabilidade (REPeC)**, [S. l.], v. 15, n. 1, 2021. DOI: 10.17524/repec.v15i1.2705.

MAGALHÃES, E. A.; SILVEIRA, S. F. R.; ABRANTES, L. A.; FERREIRA, M. A. M.; WAKIM, V. R. Custo do ensino de Graduação em instituições federais de ensino superior: o caso da Universidade Federal de Viçosa. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 637-666, maio/jun. 2010.

PEREIRA, J.V. **O financiamento da Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnológica**. 2018. 276 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Goiás, 2018.

REIS, C. Z. T; OLIVEIRA, A. R.; SILVEIRA, S. F. R.; CUNHA, N. R. S. Modelo orçamentário da Universidades Federais: fatores motivadores e inibidores de sua institucionalização. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, [S. l.], v. 10, n. 6, p. 1081-1100, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273454951009>. Acesso em: 14 out. 2020.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SILVA, C. A. T.; MORGAN, B. F.; COSTA, P. S. Desenvolvimento e aplicação de uma metodologia para cálculo do custo-aluno de instituições públicas de ensino superior: um estudo de caso. **Revista de Administração Pública**, [S. l.], v. 38, n. 2, p. 243-260, 2004. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6536>. Acesso em: 15 out. 2020.

- 
- **Reconhecimentos:** Gostaria de agradecer ao Professor Dr. José Jassuipe da Silva Morais, por me conduzir com firmeza e objetividade no universo da pesquisa científica e, principalmente, por compartilhar comigo seu conhecimento em financiamento da educação superior no Brasil. Além de todas as sugestões pertinentes em cada etapa deste trabalho.
  - **Financiamento:** Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq pelo apoio à pesquisa do orientador.
  - **Conflitos de interesse:** Não existe conflito de interesse.
  - **Aprovação ética:** Esse trabalho não passou por comissão de ética por se tratar de uma pesquisa documental que não envolvia dados pessoais e nem sigilosos.
  - **Disponibilidade de dados e material:** Por se tratar de um recorte de uma dissertação, os dados estão disponíveis em <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/20685>, cujas informações foram extraídas da Plataforma Nilo Peçanha, disponíveis em <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp> e nos Relatórios de Gestão e Autoavaliação do IFPB do período estudado, os dois últimos disponíveis em [www.ifpb.edu.br](http://www.ifpb.edu.br).
  - **Contribuições dos autores:** o autor 1 contribui no levantamento dos documentos, coleta de dados junto aos documentos oficiais da instituição na qual trabalho, criação das tabelas, análise e interpretação dos dados, além da redação do texto dessa obra e o autor 2 contribuiu na escolha do tema, metodologia, o objeto de estudo, e considerações finais.
- 

**Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.**  
Revisão, formatação, normalização e tradução.

